

**HABEAS CORPUS Nº 515.112 - SP (2019/0167236-2)**

**RELATOR : MINISTRO OG FERNANDES**  
**IMPETRANTE : ESTEVAN LUIS BERTACINI MARINO**  
**ADVOGADO : ESTEVAN LUÍS BERTACINI MARINO - SP237271**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**PACIENTE : RICARDO ORDINE GENTIL NEGRAO**

**DECISÃO**

Vistos, etc.

Trata-se de *habeas corpus* impetrado por Estevan Luis Bertacini Marino em favor de Ricardo Ordine Gentil Negrão contra a decisão monocrática proferida por desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, no julgamento do Agravo de Instrumento n. 2122549-17.2019.8.26.0000.

Alega o impetrante que o paciente Ricardo é vereador da Cidade de Itápolis e, como tal, no exercício da vereança, participará da coleta de provas e do julgamento do fato que motivou a instauração da Comissão Processante (instituída pela Resolução nº 02/2019) em face do vereador Marcelo Martins Barboza.

Aduz que, em virtude do ato coator, se vê o paciente vereador constrangido a prestar depoimento, na qualidade de testemunha, na mesma causa política em que está a figurar como juiz natural, uma vez que fará parte da votação do relatório final de comissões processantes. Assim, afirma que está sendo arrolado com vistas a lhe inculir impedimento no momento da votação.

Argumenta que deste substancial constrangimento, que atinge, inclusive, em potencial, a liberdade ambulatoria do paciente, que o mesmo colhe interesse à impetração deste habeas corpus preventivo. Assevera que, por não figurar o paciente como parte do agravo de instrumento em que proferido o ato coator, bem como pela irrecorribilidade do mesmo, só resta ao peticionário esta via liberatória para ver prestigiado o pedido adiante apresentado.

É, em síntese, o relatório.

Insurge-se a defesa contra decisão singular de desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, contra a qual seria cabível agravo interno - nos termos do art. 1.021 do CPC/2015 - o qual, segundo a documentação acostada aos autos, não foi interposto, o que impossibilita o conhecimento deste recurso.

Nesse sentido tem-se orientado a jurisprudência desta Corte Superior de Justiça:

PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ORDINÁRIO. ACÓRDÃO DO TRIBUNAL DE ORIGEM QUE INDEFERIU LIMINARMENTE A INICIAL DO WRIT ORIGINÁRIO. JULGAMENTO DO MÉRITO NESTA CORTE. IMPOSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE PEDIDO PARA DETERMINAR AO TRIBUNAL DE JUSTIÇA QUE JULGUE O PEDIDO. NEGATIVA

DE SEGUIMENTO. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

1 - **Indeferida liminarmente a impetração no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, não tem como esta Corte, na via eleita, julgar o mérito da contenda.**

2 - *Não havendo pedido para que a instância de origem julgue a matéria de fundo, a negativa de seguimento a este habeas corpus é de rigor.*

3 - A não ser assim, estará o Superior Tribunal de Justiça censurando a própria decisão de primeiro grau, o que não é possível.

4 - *Agravo regimental não provido.* (AgRg no HC 344.975/SP, relatora Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, DJe 23/2/2016, grifei.)

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EM HABEAS CORPUS. **DECISÃO MONOCRÁTICA DE RELATOR DO TRIBUNAL A QUO. AUSÊNCIA DE INTERPOSIÇÃO DE AGRAVO INTERNO. NÃO ESGOTAMENTO DA INSTÂNCIA ANTECEDENTE. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.**

1. **A provocação recursal da jurisdição de Corte Superior exige o prévio esgotamento da instância antecedente, de modo que correta foi a decisão que indeferiu liminarmente o recurso ordinário em habeas corpus que atacava decisão monocrática que extinguiu o writ de origem.**

2. **Caberia à defesa a interposição de agravo regimental, de modo a submeter a decisão singular à apreciação pelo órgão colegiado competente e não inaugurar, per saltum, a via recursal no Tribunal Superior.**

3. *Agravo regimental improvido.* (AgRg no RHC 60.261/SP, relator Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, DJe 3/8/2015, grifei.)

HABEAS CORPUS. — **DECISÃO MONOCRÁTICA DE DESEMBARGADOR RELATOR QUE INDEFERE ANTERIOR HABEAS CORPUS IMPETRADO NA INSTÂNCIA A QUO. INCOMPETÊNCIA DO STJ (CF, ARTS. 105, I, "A" E "C" E II, "A"). SUCEDÂNEO RECURSAL. INVIABILIDADE. AGRAVO DESPROVIDO.**

1. **Descabe a impetração de habeas corpus perante o Superior Tribunal de Justiça contra decisão monocrática de relator que, em anterior habeas corpus apresentado no Tribunal de Justiça, denega a ordem.** Tem-se, na hipótese, a incompetência do STJ por não se enquadrar a impetração em qualquer das previsões constantes do art. 105, I, "a" e "c", e II, "a", da Carta Magna.

2. A jurisprudência uníssona desta eg. Corte firmou-se pela inadmissibilidade do habeas corpus como sucedâneo recursal.

3. *Agravo regimental desprovido.* (AgRg no HC 303.098/RJ, relator Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, DJe 09/12/2014, grifei.)

Na mesma esteira colhem-se os seguintes julgados do Supremo Tribunal Federal:

HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. IMPETRAÇÃO CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. NÃO ESGOTAMENTO DE JURISDIÇÃO. CONSTITUIÇÃO DE NOVOS CAUSÍDICOS. INTIMAÇÃO IRREGULAR. NULIDADE. CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA. ORDEM CONCEDIDA DE OFÍCIO.

1. Há óbice ao conhecimento de habeas corpus impetrado contra decisão monocrática, indeferitória de writ, do Superior Tribunal de Justiça, cuja jurisdição não se esgotou, ausente o manejo de agravo regimental. Precedentes.

[...]

3. Ordem de habeas corpus concedida de ofício. (HC 129.553, relatora Ministra ROSA WEBER, Primeira Turma, DJe de 13/10/2015, grifei.)

DIREITO PENAL. TRÁFICO DE DROGAS. CRACK. DOSIMETRIA DA PENA. CONDENAÇÃO TRANSITADA EM JULGADO. AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS IMPETRADO CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA. RECURSO A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. Inexistindo pronunciamento colegiado do Superior Tribunal de Justiça, não compete ao Supremo Tribunal Federal examinar a questão de direito implicada na impetração. Da mesma forma, não é admissível a utilização do habeas corpus em substituição à ação de revisão criminal.

2. A quantidade e a natureza da droga, se não analisadas na primeira fase da dosimetria da pena, constituem fundamentos para a eleição do percentual de diminuição de pena decorrente da incidência do art. 33, § 4º, da Lei nº 11.343/2006. Precedentes do Plenário do Supremo Tribunal Federal.

3. Agravo regimental a que se nega provimento. (HC 128.840 AgR, relator Ministro ROBERTO BARROSO, Primeira Turma, DJe 31/08/2015, grifei.)

Também não procede a alegação do impetrante de que não figura como parte do agravo de instrumento em que proferido o ato coator.

Na verdade, colhe-se à fl. 113 que foi ajuizada ação com “*pedido de concessão de tutela provisória de urgência, na modalidade tutela antecipada incidental, por meio do qual o autor MARCELO MARTINS BARBOZA requer seja determinado à requerida COMISSÃO PROCESSANTE que proceda à oitiva das testemunhas arroladas pela defesa, quais sejam, os vereadores RICARDO ORDINE GENTIL NEGRÃO e RODRIGO FERNANDO NOVELLI.*” (grifou-se).

A decisão monocrática proferida pelo Desembargador no agravo de instrumento interposto contra tal *decisum* atinge diretamente o ora impetrante (como se vê em e-STJ, fls. 129-131), o qual poderia, sim, recorrer como terceiro interessado, caso não houvesse a interposição de recurso pela Comissão Processante da Câmara Municipal de Itápolis.

Assim, considerando que a irresignação da defesa nem sequer foi apreciada pelo órgão colegiado do Tribunal *a quo*, fica obstada a análise das alegações por esta Corte, sob pena de indevida supressão de instância, a violar

# *Superior Tribunal de Justiça*

## DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2689 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 12 de Junho de 2019 Publicação: Quinta-feira, 13 de Junho de 2019

o disposto nos arts. 105, inciso II, alínea "a", da Constituição da República e 13, inciso II, alínea "a", do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, uma vez que não constam nos autos elementos que demonstrem a existência de acórdão da Corte de origem apreciando o tema objeto desta irresignação recursal.

Ante o exposto, com fundamento no art. 210 do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **indefiro liminarmente o habeas corpus.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 11 de junho de 2019.

MINISTRO OG FERNANDES

Relator

